

economia

Copom deve elevar Selic para 14,75% hoje

Na última reunião, comitê subiu a taxa em 1 ponto porcentual e indicou que próximo movimento também seria de alta

/ CONJUNTURA

A primeira etapa da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) começou, ontem, às 10h11. Nesta fase, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e os oito diretores assistem a apresentações técnicas do corpo funcional da autarquia sobre a economia, para embasar a definição da taxa Selic. A decisão será divulgada hoje a partir de 18h30.

Das 59 instituições financeiras ouvidas pelo Projeções Broadcast, 56 esperam uma elevação de 0,5 ponto porcentual nos juros, de 14,25% para 14,75%. A mediana do relatório Focus aponta na mesma direção. Na última reunião, do dia 19 de março, o Copom elevou a Selic em 1 ponto porcentual e indicou que o próximo movimento também seria de alta, mas de menor magnitude.

Independentemente da magnitude, qualquer elevação vai levar a Selic ao maior nível des-

de maio de 2006, no primeiro governo Lula, quando o Copom cortou a taxa de 15,25% para 14,75%. Nessa época, os juros estavam em queda depois de terem atingido 19,75% em maio de 2005, um dos maiores patamares do século 21.

As atenções do mercado estão voltadas para a comunicação da autarquia. A opinião prevalente é de que o Copom não deve renovar o seu forward guidance, em vigor desde dezembro. A escalada da incerteza externa desde 2 de abril, quando os Estados Unidos anunciaram um conjunto de tarifas sobre importações, tornou o valor esperado de uma sinalização negativo.

“Dado o cenário externo altamente incerto, esperamos que o Copom não feche a porta para um aumento residual e menor em junho, mas que se abstenha de oferecer um guidance específico para a reunião de junho (inclusive não afirmando que o ciclo de aumento acabou)”, diz



Qualquer alta anunciada levará Selic ao maior nível desde maio de 2006

o diretor de pesquisa macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, em relatório.

Galípolo e diretores do BC vêm chamando atenção para esse quadro desde o fim de abril. Na última terça-feira, o presiden-

te da autarquia afirmou que a incerteza demanda cautela e flexibilidade por parte do Copom. No dia 24, o diretor de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, Paulo Picchetti, já havia afirmado que tanto o orçamento total de alta dos juros,

quanto a extensão do ciclo estão em aberto.

A maioria dos analistas de mercado avalia que o tarifaço anunciado pelos EUA tende a produzir efeitos desinflacionários para o Brasil - via quedas do dólar e dos preços de commodities, e pela expectativa de redirecionamento das exportações da China ao restante do mundo. Há dúvidas, no entanto, sobre se o Copom vai ajustar o seu balanço de riscos para a inflação, mantido assimétrico nas últimas reuniões.

Hoje, a opinião majoritária no mercado é que a baixa do dólar e das commodities vista desde o último Copom já deve levar a uma queda de 0,1 a 0,2 ponto porcentual nas projeções do comitê para o IPCA de 2025 e 2026, que estavam em 5,1% e 3,7%, respectivamente. A partir desta reunião, o horizonte relevante da política monetária passa a ser o quarto trimestre do ano que vem.

Brasil sobe cinco posições e tem o 84º maior IDH do mundo

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global atingiu o valor de 0,756 no novo ranking divulgado, ontem, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O índice, calculado a partir de uma média de indicadores de renda, saúde e educação no mundo no ano de 2023, registrou o menor avanço desde o início da série histórica, em 1990. Já o Brasil avançou. O País agora é o 84º colocado no ranking global, que tem 193 posições.

O IDH varia de 0 a 1 - quanto mais próximo de 1, melhor a pontuação. O índice brasileiro ficou em 0,786 e foi classificado na faixa de “alto desenvolvimento humano”. Procurada pelo Estadão, a ONU não detalhou os motivos que resultaram na melhora do Brasil no ranking.

No ano passado, referente aos dados de 2022, o Brasil estava em 89º, com IDH de 0,760. Subiu, portanto, cinco posições de 2022 para 2023. O País, porém, ainda está abaixo de outros países latino-americanos como Peru, México e Colômbia, e de nações como Irã e Bósnia. O Brasil teve uma queda no IDH durante a pandemia de covid-19, de 2020 a 2022, e apresentou re-

cuperação de 2022 para 2023.

“Em âmbito global, o Índice de Desenvolvimento Humano teve o menor progresso já registrado, excluindo o período em que houve declínio, em 2020 e 2021 (pandemia)”, afirma Pedro Conceição, diretor do Pnud. O indicador não retomou a trajetória anterior a 2020, como era esperado. Essa desaceleração afeta todas as regiões do globo e deve “atrasar” em décadas o alcance de um IDH global muito alto, anteriormente projetado para o ano de 2030.

O índice global atual continua no nível classificado pela ONU como de alto desenvolvimento humano. O documento também aponta um aumento nas desigualdades entre países ricos e pobres, que vinham diminuindo nas últimas décadas. Islândia, Suíça e Noruega estão no topo do ranking, enquanto Sudão do Sul e Somália têm os valores de IDH mais baixos.

No contexto atual, marcado também por guerras como entre Ucrânia e Rússia, Israel e Hamas, e com o desafio crescente da crise climática, a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) vê a necessidade de uma ação decisiva dos países para

reativar a trajetória ascendente do desenvolvimento. A distância entre nações de IDH muito alto e baixo cresceu pelo quarto ano consecutivo, revertendo a tendência de longo prazo anterior, de redução das desigualdades.

Por ser uma média entre indicadores, o IDH mascara as desigualdades na distribuição do desenvolvimento humano. A pontuação global cai para 0,590 quando se considera o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade, um indicador complementar calculado pela agência da ONU que “desconta” os níveis de desigualdade de renda, saúde e educação.

Segundo o relatório, três fatores principais têm estreitado as vias de desenvolvimento tradicionalmente responsáveis por gerar empregos em larga escala e reduzir a pobreza: a diminuição do financiamento internacional, aumentando a crise da dívida em alguns países; as tensões comerciais que reduzem as opções de exportação para grandes mercados; e o crescimento de uma industrialização sem geração de empregos, em parte por causa da automação. Isso afeta principalmente os países em desenvolvimento.

Crescimento da dívida no Brasil não é normal, diz Mansueto Almeida

O economista-chefe do BTG Pactual e ex-secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse, ontem, que não é normal a escalada observada na dívida pública desde o início do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele frisou que, sem colocar na mesa um ajuste fiscal crível, o Brasil terá um “enorme problema” pela frente, uma vez que ou o governo não conseguirá pagar a dívida ou o País terá mais inflação.

Durante participação em fórum realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Mansueto disse que o crescimento de 12%, em termos reais, dos gastos públicos nos últimos dois anos supera a variação acumulada nos oito anos anteriores.

O mandato de Lula deve terminar no ano que vem com a dívida chegando a 84% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme previsões do mercado, o que corresponde a um crescimento médio um pouco acima de 3 pontos percentuais a cada ano. “Crescimento de 3 pontos percentuais por ano não é normal”, comentou Mansueto.

O economista acrescentou que, em razão da perda de credi-



Aperto fiscal abriria margem para corte de juros, diz economista

bilidade da agenda econômica no mercado, a taxa de retorno dos títulos públicos, de 7,5% acima da inflação, não é sustentável, impondo ao Brasil a urgência de controlar os gastos públicos. “O Brasil, para controlar o crescimento do gasto, vai ter que tomar decisões difíceis. A boa notícia é que, se tomar medidas de controle de gastos, a resposta da economia é muito rápida”, declarou o ex-secretário do Tesouro, ao explicar que o aperto fiscal abriria margem para o Banco Central (BC) cortar os juros.